

# RESENHAS

---



FEBVRE, LUCIEN.  
*MARTINHO LUTERO,*  
*UM DESTINO.*  
TRADUÇÃO DE  
DOROTHÉE DE  
BRUCHARD. SÃO  
PAULO: TRÊS  
ESTRELAS, 2012.

Carlos Alberto de Moura  
Ribeiro Zeron\*

Universidade de São Paulo

*Lutero, um destino.* O título resume o que foi empreendido por Lucien Febvre neste livro: o estudo de um homem, examinado em seu contexto histórico. Não que este determine aquele; ao contrário, Febvre recusa os esquematismos fáceis e resgata a complexidade, às vezes mesmo a indeterminação da relação entre Lutero e seu destino. O que se interpõe entre os dois termos, no título, é, num sentido, um numeral, quando se refere a Lutero; em outro, o artigo indefinido “um”, quando se refere ao luteranismo.

Persistimos em recriar, *après coup*, um luteranismo monolítico, que prolonga em linha reta um luterismo não menos monolítico e competindo por almas, cidades por cidades,

\* Professor titular do Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo e bolsista do CNPq.

principados por principados, contra os jesuítas da Reconquista (...) Branco, preto; catolicismo, protestantismo; ortodoxia, heresia: o maniqueísmo está nas nossas medulas.<sup>1</sup>

René Pintard, que resenhou a primeira edição deste livro em 1928, afirma que Lucien Febvre estudou em Lutero menos o homem que o destino, repondo a determinação entre os dois termos:

...isto é, a influência da coletividade sobre o indivíduo e, no caso, o papel do estado político, social e religioso da Alemanha na evolução da vida e do pensamento de Lutero, restringindo assim quase exclusivamente seu estudo à revolta de Lutero contra seu meio, e à revanche desse meio sobre Lutero: a formação do reformador e seu recuo.<sup>2</sup>

Se o destino escapa à vontade do homem e o luteranismo se dissocia de Lutero, isso se explica, de fato, porque Lutero reagiu a esse contexto e mesmo à evolução do luteranismo. Todavia, tal distanciamento tem sua origem bem antes disso. O que moveu Lutero, no início, foi uma aflição pessoal. Segundo Lucien Febvre, o descompasso encontra-se bem antes: não na reação de Lutero diante do mundo, mas na sua formação de monge enclausurado e angustiado pelo pecado. Ela determina o descompasso que se manifestará mais tarde: “o remédio de Lutero para as suas angústias, e que o tinha curado, não se mostrou eficaz para todos”.<sup>3</sup> A formação e o recuo de Lutero, segundo Febvre, são motivadas por um sentimento essencialmente religioso; o mesmo que sempre o moveu, desde a juventude:<sup>4</sup> o sentimento do pecado. O consolo que encontrou na certeza pessoal da salvação pela fé originou apenas “uma teologia pessoal”. “Lutero foi o artífice, solitário e secreto, não de sua doutrina, mas de sua tranquilidade interior (...) um meio de escapar aos terrores, aos tormentos, às crises de ansiedade que o consumiam” (p. 71). Porém, essa “teologia pessoal”, uma vez divulgada, foi entendida e apropriada pelos seus contemporâneos e pelas gerações futuras de maneira variada e diversa: “a passividade total, e abençoada, do resignado que, reconhecen-

<sup>1</sup> FEBVRE, Lucien. Le progrès récent des études sur Luther: Essai de mise au point. *Revue d'histoire moderne*. Paris: Société d'Histoire Moderne et Contemporaine, t. 1, n. 1, jan.-fev., 1926, p. 24-47. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/20524447>. Acesso em: 20/12/2012. No livro, Febvre escreve: “a tradição mata o espanto. Repetimos, com docilidade, a lição aprendida” (p. 194).

<sup>2</sup> PINTARD, René. Un destin: Martin Luther by Lucien Febvre. *Revue d'histoire moderne*. Paris: Société d'Histoire Moderne et Contemporaine, t. 3e, n. 17, sep.-oct., 1928, p. 389. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/20524740>. Acesso em: 04/05/2013.

<sup>3</sup> FEBVRE, Lucien. Le progrès récent des études sur Luther: Essai de mise au point, op. cit.

<sup>4</sup> “...não existe, aliás, uma verdadeira ruptura – ou melhor, não existem dois Luteros, mas um só; o de 1547 continua sendo, em sua fé, o Lutero de 1520” (p. 16).

do-se vencido antes mesmo do combate, investe sua esperança no próprio excesso de sua derrota” (p. 73), tornar-se-á, nas mãos de alguns dos seus seguidores, instrumento de revolta. E isso o obrigará a um recuo, na maturidade: “Não, Lutero não tratou de renegar seu passado. Forçado a ceder pela investida convergente dos homens e dos fatos, disfarçava para si mesmo a extensão de seu recuo agindo firme, bruscamente, contra os adversários que o pressionavam demais” (p. 287).

Para Lucien Febvre, a complexidade da situação histórica de Lutero explica-se sobretudo por meio da psicologia – disciplina que situa o indivíduo no centro das tensões do contexto histórico.

Desde a proposta de Henri Berr, retomada por Marc Bloch e Lucien Febvre, de acolher nos estudos históricos o conjunto das ciências sociais, raras vezes a psicologia foi efetivamente mobilizada como em *Lutero, um destino*. Febvre visa ao cerne do caráter histórico do homem Lutero, “a curva de um destino” (p. 184), ao valer-se dessa disciplina para estudar o “problema das relações entre o indivíduo e a coletividade, entre a iniciativa pessoal e a necessidade social, que é, talvez, o problema essencial da história: tal foi nosso intuito” (p. 11).

Porém, “todo estudo de influências coloca um grave problema. Até que ponto o ser humano, o indivíduo cujas ações e reações se trata de explicar, deixou-se tocar em suas partes vivas, pelo jogo das forças maciças que o historiador erige a seu redor?” (p. 173).<sup>5</sup>

A dificuldade da tarefa o leva a conceder, no prólogo à primeira edição (1928), que seu livro não é uma biografia, mas “uma opinião sobre Lutero, nada mais” (p. 11)<sup>6</sup> – modéstia do autor, talvez, apesar de afirmar, nos prólogos às reedições seguintes do livro que “nada encontrei para ser alterado” (1944) e que “não creio ter algum retoque a acrescentar ao texto original” (1951); nem mesmo àquela frase do primeiro prólogo, que se mantém.

De fato, como disse René Pintard, Lucien Febvre estuda menos o homem que o destino. Mas somente porque, para poder vislumbrar Lutero, ele preci-

<sup>5</sup> Para estudar o estilo de Lutero, Febvre diz que é necessário “um historiador que também seja psicólogo – que saiba e, mais ainda, adivinhe, evoque nessa língua, por essa língua, toda uma era, toda uma época do pensamento” (e remete em nota ao seu livro sobre Rabelais) (p. 221). Ver também o que escreve à p. 276: “Fiéis ao nosso propósito, atenhamo-nos ao âmbito dos fatos psicológicos e contentemo-nos em destacar, da maneira menos pior possível, certas atitudes, certas reações do Lutero pós-1525”.

<sup>6</sup> “Não julgamos Lutero. Qual Lutero, aliás, e segundo que código? O dele? Ou o da Alemanha contemporânea? Simplesmente estendemos, aos confins de um tempo presente que estamos pouco preparados para avaliar com sangue frio, a curva sinuosa e bifurcante de um destino póstumo” (p. 322).

sa fazer incessantemente a crítica das fontes e da historiografia. Para Febvre, as ideias religiosas de Lutero se definem cedo, entre 1505 e 1517. Contudo, desse período, ele não pode oferecer mais do que “uma versão plausível” (p. 54), pois não dispõe sobre a juventude de Lutero mais do que “um simples olhar para trás, lançado por sobre os ombros, furtiva e tardiamente” (p. 27): o *Rückblick* [Retrospecto], datado de quando ele já tinha 62 anos, um ano antes de falecer. Felizmente, no final do século XIX, encontram-se as notas do curso ministrado em Wittenberg em 1515–16, sobre a *Epístola aos romanos*, “obra rica e importante” (p. 42). Mas ainda era muito pouco. Ao historiador Lucien Febvre faltavam as fontes para fazer a autópsia de Lutero. As demais fontes coevas, incluindo as *Tischreden* [Conversas à mesa], “fonte turva”, já cumpram um “relato oficial, semilegendário e quase hagiográfico dos anos da juventude de Martinho Lutero” (p. 28). Quanto à historiografia, constata que, “ao longo de três séculos, fossem católicos, protestantes ou neutros, todos os historiadores, de comum acordo, concentraram sua atuação na figura, na doutrina e na obra do homem feito” (p. 26).<sup>7</sup> Para Febvre, portanto, o limite reside em que “a palavra ‘certeza’, em um assunto como este, [não pode] ser pronunciada senão pelos tolos” (p. 49). Aos sábios, resta “saber não saber, uma grande virtude” que ele tenta praticar no livro (p. 53). E assim, de fato, ele conclui: “Não sabemos. Não temos como penetrar, retrospectivamente, os íntimos recônditos da alma luterana” (p. 56). Desenha-se, assim, um

Esboço um tanto esquemático. Sabemos quanto deixamos de lado do pensamento tão rico de Lutero no início de sua trajetória. Sabemos também que, para traçar uma linha mais ou menos clara, temos de abstrair, a todo instante, uma profusão de traços emaranhados que turvavam e perturbavam a imagem principal. Reconstituir, em dado período de sua vida, a chamada doutrina ou sistema de Lutero é depreender de uma profusão de rascunhos ou esboços parciais uma única tradução, a mais expressiva, do mundo infinito de imagens e representações que ele trazia em si e cuja impetuosa abundância mal lograva disciplinar (p. 82–3).<sup>8</sup>

Tantos limites não o impediram, contudo, de definir categoricamente o perfil psicológico de Lutero: “um homem como Lutero, quando abre um livro,

<sup>7</sup> “A historiografia tradicional de Martinho Lutero oferecia uma grande vantagem: sua simplicidade. Não se atrapalhava com sutilezas” (p. 243).

<sup>8</sup> Cabe associar, aqui, a citação de André Gide feita por Lucien Febvre, mais adiante, à p. 243: “Para desenhar é preciso fazer escolhas”, escreve André Gide, falando justamente de recordações pessoais. “Mas o mais difícil é ter de apresentar situações de confusa simultaneidade como sendo sucessivas”.

nele lê apenas um pensamento, o seu. Nada aprende que já não traga dentro de si” (p. 60). Febvre não dá importância ao episódio da viagem a Roma: “o que interessa a Lutero de 1505 a 1515 não é a reforma da Igreja. É Lutero. A alma de Lutero, a salvação de Lutero. Apenas isso. Não é essa, aliás, sua grande, sua verdadeira originalidade?” (p. 86). Lutero, na opinião de Febvre, é um sujeito orgulhoso e brutal (p. 153). Assim, entende que “as 95 teses não são nem panfleto, nem convocação às armas, nem súbita revelação de um homem diante do qual se desenrola um escândalo imprevisto e demasiado visível” (p. 112).

Em poucos dias, porém, as 95 teses, reimpressas, traduzidas em língua alemã, difundidas em todos os círculos, traziam até o monge, para sua imensa surpresa, o eco de uma voz cujo tom e vigor perturbaram-no profundamente. A voz de uma Alemanha inquieta, surdamente palpitante de paixões mal contidas, que esperava apenas um sinal, um homem, para revelar em público seus secretos anseios (p. 116).

A complexidade deste despertar de “um homem que não possui com o mundo convivência alguma” (p. 187) é amplificada pelo fato de que a Alemanha onde ele acorda é “um país sem unidade” (p. 120), dividida tanto em classes sociais quanto em esferas concorrentes de poder. Esse Lutero, que deu argumentos para pôr o mundo de ponta cabeça, não passava de “um pequeno burguês de ideias curtas [que] desconhecia tudo do mundo que o cercava” (p. 255); um profeta que meditava e atingia a revelação na latrina, no banho ou na cloaca (p. 327, n. 1). “Que não se busque, portanto, em Lutero (...) a preocupação de agir para introduzir neste mundo mais igualdade” (p. 256): “tendo erigido a inação política em lei absoluta” (p. 297), Lutero entende que “os príncipes são flagelos, mas são flagelos de Deus” (p. 260) – ou, nas palavras do próprio Lutero: “nem a maldade, nem a injustiça justificam a revolta”. Por isso, diante da rebelião dos camponeses, em 1524-1525, ele escreveu: “aqui é hora da espada e da ira, e não da graça”; “um príncipe pode merecer o céu com derramamento de sangue, melhor do que outros pela oração”.<sup>9</sup>

Lutero rompeu, dessa forma, a relação entre a piedade e a moralidade (P. Mesnard).<sup>10</sup> A ideia que comanda toda a construção teórica da política, em Lutero, é a obediência. Num país “sem unidade”, contudo, seus ensinamentos

<sup>9</sup> “Pois um príncipe e senhor deve considerar nesse caso que ele é ministro de Deus e servidor de sua ira (Rm 13,4), que lhe foi confiada a espada para domínio de tais patifes e está pecando diante de Deus se não castiga e combate e não desempenha a sua função”. LUTERO, Martinho. *Contra as hordas salteadoras e assassinas dos camponeses (início de maio de 1525)*, p. 170 e 171.

<sup>10</sup> MESNARD, Pierre. *L'essor de la philosophie politique au XVI<sup>e</sup> siècle*. Paris: Vrin, 1977.

não são seguidos nem por aqueles que se proclamam seus seguidores. E dois campos logo se dividem:

Brutal contraste entre uma sociedade luterana desenvolvendo-se em sua mediocridade com seu moralismo farisaico e timorato, seu êxito perfeito nas pequenas coisas, sua passividade e covardia nas grandes, e uma fé visionária animando alguns gênios heroicos a quem nada nem ninguém intimida e cujo espírito percorre os espaços infinitos (p. 272).

Lutero não se reconhece em nenhum deles. E persiste, em 1529, 1530, 1533, em legitimar, “em basear plenamente em Deus o poder absoluto dos príncipes” (p. 290). Ao mesmo tempo, “após 1525, praticamente só escreve em alemão. Renuncia ao latim, língua universal, língua de elite. Não é à cristandade que ele se dirige, mas à Alemanha apenas; nem isso: à Saxônia luterana” (p. 293).

Nesses momentos, o profeta cochila dentro de Lutero. Tem, porém, seus despertares. Não para agir, decerto, mas, ao contrário, para proclamar que é inútil agir e só vale uma coisa: refugiar-se no seio de Deus, nele abdicar de qualquer vontade própria, qualquer iniciativa humana (p. 295).

Como quando era jovem, Lutero ainda investe sua esperança na derrota, mas agora não apenas na sua derrota pessoal diante do pecado, mas a de todos os movimentos sociais inflamados por suas palavras. É nesse contexto que se dá o rompimento irremediável com Erasmo, em disputa sobre o livre-arbítrio.

Estas tensões levarão a cisões mesmo entre seus companheiros e seguidores próximos: com Melanchton, por exemplo, tanto quanto com a “massa que só segue suas diretrizes para incliná-las aos próprios fins” (p. 305). Forma-se, assim, “sob esse Lutero vivo, respeitado, consultado, um luteranismo distinto, em muitos aspectos, de seu próprio luteranismo” (p. 305).

A partir de então, as divergências se aprofundam no campo luterano. Em contraste com os calvinistas, os luteranos encontraram pouca dificuldade para defender a ideia da resistência ativa a seu senhor legítimo, quando, em 1546, no ano mesmo da morte de Lutero, decidiram declarar guerra a Carlos V; pois já se haviam munido de um estoque considerável de argumentos sobre o caráter justificável da violência política: fato não notado por Lucien Febvre, desde fins de 1530, Lutero e outros líderes da Reforma alemã viram-se em face de duas teorias distintas que alegavam a legitimidade da oposição ao imperador – a teoria constitucionalista formulada pelos hesianos e a teoria do direito privado utilizada pelos juristas convocados por



João da Saxônia.<sup>11</sup> Num colóquio realizado no palácio de Torgau entre 25 e 28 de outubro de 1530, convocado por João da Saxônia, Lutero redigiu uma capitulação formal, assinada também por Melanchthon, Jonas e Spalatino, em que desenvolveram a teoria do direito privado esboçada inicialmente por Martin Bucer; em 1531, na *Advertência do doutor Martinho Lutero ao seu querido povo alemão*, afirma que a legítima defesa não se enquadrará em um caso de rebelião contra um magistrado legítimo, sendo um caso de repelir a força injusta com a força. Mas é fato também que quanto mais Melanchthon desenvolve essa teoria do direito privado, mais restrições Lutero lhe coloca.

Com a guerra de Schmalkalden, em 1546, os luteranos não apenas desenvolveram o argumento revolucionário que haviam originalmente empregado na década de 1530, sobre a resistência fundamentada no direito privado, como reavivaram também a teoria constitucional da resistência dos hessianos. O documento fundamental, aqui, não é mais de Lutero, claro, mas a *Confissão de Magdeburgo*, de 1550, redigida por Nicolas von Amsdorf, em que afirma que todo governante que exceder os limites de seu cargo deixará de ser um genuíno magistrado, reduzindo-se ao estatuto de criminoso privado e, mais do que isso, deixa de ser uma autoridade instituída por Deus.

Pierre Mesnard e Quentin Skinner, que alinham os fatos acima, notam como frequentemente se afirma que a Reforma foi condicionada pelo estado político da época em que nasceu; mas, para ambos, a influência inversa é igualmente notória e manifesta. A eficiência prática e a influência notável exercidas pelo pensamento reformado decorrem, todavia, em boa medida, segundo Pierre Mesnard, da grande dificuldade de Lutero em descrever e sistematizar o seu pensamento político. E isso por dois motivos: porque ele não aborda os problemas políticos frontalmente, mas através da relação entre Igreja e Estado; e porque tais problemas não são o objeto de uma construção teórica definitiva; não há síntese. Ou seja, seu pensamento político procede do seu pensamento religioso e adapta-se progressivamente às dificuldades da sociedade contemporânea. Lucien Febvre, que conclui seu livro afirmando que “Lutero não era um reformador” (p. 313), também concede que, no entanto, ele foi o pai involuntário do mundo moderno. “É essa, sem dúvida, uma das formidáveis ironias de que a história detém o segredo” (p. 317). Lutero se dissocia de seu destino.

---

<sup>11</sup> SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, cap. 16.

O livro, vê-se, resiste muito bem ao tempo. Não que, como avaliava Febvre, nada tenha para ser alterado, retocado ou acrescentado; mas, ele enfrenta muito bem o debate, quase um século depois. Nesse sentido, o que surpreende é que esta seja a primeira edição brasileira, cujo público dependia de edições portuguesas igualmente tardias (1976 e 1994), ou de edições em línguas estrangeiras. Antes tarde do que nunca, o livro – editado com cuidado gráfico e boas traduções do francês e das citações em latim, alemão e italiano – é, ademais, altamente prazeroso para quem gosta de apreciar o historiador desvelando francamente como faz o seu ofício.

### Referências bibliográficas

- FEBVRE, Lucien. *Martinho Lutero, um destino*. Tradução de Dorothée de Bruchard. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
- FEBVRE, Lucien. Le progrès récent des études sur Luther: Essai de mise au point. *Revue d'histoire moderne*. Paris: Société d'Histoire Moderne et Contemporaine, t. 1er, n. 1, jan.-fev. 1926, p. 24-47. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/20524447>. Acesso em: 20/12/2012.
- LUTERO, Martinho. *Da liberdade do cristão: prefácios à Bíblia (1520)*. Tradução de Erlon José Paschoal. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.
- LUTERO, Martinho. Sobre a autoridade secular. In: CALVINO, João. *Sobre o governo civil*. Tradução de Hélio de Marco Leite Barros e Carlos Eduardo Silveira Matos. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- LUTERO, Martinho, MÜNTZER, Thomas e CALVINO, João. *Escritos seletos de Martinho Lutero, Tomás Müntzer e João Calvino*. Organização, revisão e apresentação de Luís Alberto de Boni. Tradução de Ison Kayser, Martin N. Dreher, Helberto Michel, Arno F. Steltzer e Sabatini Lalli. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MESNARD, Pierre. *L'essor de la philosophie politique au XVI<sup>e</sup> siècle*. Paris: Vrin, 1977.
- PINTARD, René. Un destin: Martin Luther by Lucien Febvre. *Revue d'histoire moderne*. Paris: Société d'Histoire Moderne et Contemporaine, t. 3, n. 17, set.-out. 1928, p. 389-390. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/20524740>. Acesso em: 04/05/2013.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Recebido: 16/03/2013 – Aprovado: 28/06/2013.